

# **ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR PARA PESCA ARTESANAL: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO DIREITO DO BRASIL MERIDIONAL**

## **Área Temática**

Direitos Humanos e Justiça

## **Instituição**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

## **Coordenador da Ação de Extensão**

Elisa Celmer<sup>1</sup>

## **Autores**

Elisa Celmer; Alisson Coelho; Helena Vasena; Indira Capela; João Piazer; Lilyan  
Nascimento; Michele Castro e Rafael Fonseca<sup>2</sup>

## **Responsável pelo Trabalho:**

Lilyan Nascimento Oliveira

## **Resumo**

O presente artigo busca expor o trabalho da AJUPESCA/FURG<sup>3</sup>, um projeto de extensão que tem como anseio transformar a realidade da economia pesqueira, fomentando valores de cooperação e justiça entre os pescadores artesanais da região sul. O projeto supre a demanda jurídica no processo de formação de cooperativas baseadas na economia solidária representando-as face aos órgãos administrativos e judiciais. Assim, brotando no asfalto da dogmática jurídica, o projeto pretende transformar a própria ciência jurídica.

**Palavras-chaves:** Assessoria Jurídica Popular – acesso à cidadania – pescadores artesanais.

## **Introdução**

A Assessoria Jurídica Popular para a Pesca Artesanal (AJUPESCA/FURG) é um projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito e ao Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, universidade

---

<sup>1</sup> Elisa Celmer. Professora Assistente da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2008), especialista em Ciências Penais pela PUCRS (2006) e graduada em Direito pela FURG (2004). Advogada Criminalista. E-mail: elisacelmer@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmicos de Direito da FURG- Universidade Federal do Rio Grande: Alisson Coelho (alissonfreeze@gmail.com), Helena Vasena (helena\_vasena@hotmail.com), Indira Capela (indira\_capelaa@hotmail.com), João Piazer (joapiazer@gmail.com), Lilyan Nascimento (lilyan.nascimento@hotmail.com), Michele Castro (michadireitofurg@gmail.com) e Rafael Fonseca (fonseca586@hotmail.com)

<sup>3</sup> Assessoria Jurídica Popular para a Pesca Artesanal da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

voltada para o Ecossistema Costeiro do Sul do Brasil. O NUDESE, através do projeto de *Incubação da Rede de Comercialização de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul*, assessora no âmbito técnico, desde 2009, a formação de empreendimentos de cooperativas de pescado com o objetivo de torná-los livres dos atravessadores do peixe, garantindo melhores condições de comercialização do pescado. No entanto, demonstrou-se ao longo do tempo certa dificuldade em se definir o melhor encaminhamento técnico a ser seguido no que diz respeito aos trâmites jurídicos necessários à legalização das cooperativas, à defesa dos cooperados no âmbito dos órgãos administrativos ligados à atividade pesqueira tais como, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), bem como à defesa dos pescadores no âmbito judicial. Portanto, é a partir dessa necessidade, que surgiu o AJUPESCA/FURG no ano de 2010.

Paralelo às atividades de assessoramento técnico-jurídico, pretende-se contribuir para a construção da identidade cultural e política dos pescadores artesanais e posterior conquista da cidadania, sendo esta identidade um dos pressupostos para a cidadania. Para que essa contribuição ocorra de forma eficiente, os integrantes do AJUPESCA/FURG não ficam presos aos gabinetes da universidade. Ocorre uma permanente troca de experiências, por meio de oficinas e da participação em reuniões abertas dos movimentos sociais vinculados as atividades pesqueiras. O contato direto com os movimentos de pescadores, além de propiciar uma visão panorâmica da situação em que se encontra a pesca artesanal, permite subsídios para uma constante avaliação e reavaliação dos objetivos do projeto de assessoria jurídica através de uma produção acadêmica crítica livre dos preconceitos que o olhar distante possa produzir.

A pesquisa científica, desenvolvida no interior do projeto permite que pensemos o projeto numa perspectiva de longo prazo. A pesquisa geminada à extensão traz, portanto, a responsabilidade ética de combater a uma realidade de injustiça e opressão. Os instrumentos jurídicos e o saber científico paralelo desenvolvido a partir do projeto de extensão servem, nesse sentido, para instrumentalizar nossas metas maiores, e não para utilizá-los com o intuito

de detenção de um saber que está na base de uma complexa rede de prestígios, reputação, autoridades e graus acadêmicos<sup>4</sup>.

### Metodologia

Há dois anos o AJUPESCA atua junto à comunidade do litoral sul do Rio Grande do Sul, buscando atender associações, cooperativas e coletividades de pescadores artesanais do Extremo Meridional do Brasil. O trabalho efetua-se através da ideia de Advocacia Popular e “vem procurando nas lutas do dia a dia colocar o direito ao serviço das grandes maiorias.”<sup>5</sup> Este novo conceito de Assessoria Jurídica voltado para demandas populares visa a politização da demanda jurídica e o encorajamento dos trabalhadores à organização coletiva como forma de resistência política bem como oxigena o espaço político para o exercício da cidadania dos segmentos sociais populares.

Infelizmente, a principal característica metodológica das práticas extensionistas no âmbito dos cursos jurídicos ocorre, prioritariamente, através das velhas e surradas práticas clientelistas. Tudo isso traz como consequência a denominada assistência judiciária universitária. Não obstante as oportunidades de acesso à justiça que promovem estas atividades, ofertando serviços judiciários gratuitos às pessoas em vulnerabilidade social, a assistência judiciária desenvolve de fato um contato muito reduzido com a comunidade devido à sua metodologia de trabalho individualizante que se esgota com a prestação de um serviço imediato. Dessa forma, assume um caráter paternalista, pois, na maioria dos casos, não se procura educar as pessoas para o exercício de sua cidadania<sup>6</sup>.

Tendo como norte metodológico a *pesquisa ação* que consiste no processo de ação – reflexão – ação, o projeto se baseia em um diálogo emancipatório que consiste em problematizar o conteúdo que se mediatiza, sempre buscando a autonomia do pescador artesanal, compondo-se, assim, de uma troca de saberes entre a cultura acadêmica e popular, de forma horizontal, onde a ação proposta constantemente é avaliada no sentido de contribuir para a emancipação do pescador. Essa nova ação é empreendida, na melhor forma de exercício da categoria *práxis*.

---

<sup>4</sup> GORS DORF, Leandro. **A advocacia popular – novos sujeitos e novos paradigmas**. Cadernos RENAP n° 6. Março de 2005.

<sup>5</sup> GORS DORF, Leandro *apud* HERKENHOF, João Batista. *Ibidem*

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Assis da Costa *apud* SOUSA JÚNIOR. José Geraldo (2006). *Ibidem*.



Desde o início do corrente ano o referido projeto é financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, contando com sete bolsistas estudantes da Faculdade de Direito; uma professora da Faculdade de Direito como coordenadora e um advogado contratado. Suas atividades de atendimento ao público funcionam no mesmo espaço físico do Serviço de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

### **Resultados**

Constam como resultados obtidos pelo projeto até o momento o acompanhamento do processo de Eleição 2010 da Mesa Diretora da Colônia de Pescadores Z-1 com sede no município do Rio Grande, ocasião em que foi obtida uma medida liminar judicial para que a Mesa Diretora da Colônia de Pescadores Z-1, candidata à reeleição e condutora do processo eleitoral, liberasse a lista de eleitores aptos ao exercício de voto, para que a chapa de oposição pudesse concorrer com um mínimo de igualdade de condições, após insistentes solicitações sem sucesso no âmbito administrativo; acompanhamento de quatro demandas na Polícia Federal referente a suposta fraude ao seguro-defeso – modalidade de seguro desemprego concedido aos pescadores artesanais no período proibido de pesca; requisição de legislação por parte do IBAMA quanto à pesca do papa-terra e tainha na praia<sup>7</sup>; parceria com lideranças de pescadores no sentido de divulgar o projeto para a comunidade de pescadores artesanais através de reuniões, palestras e oficinas referentes ao projeto.

Houve também a realização de 54 demandas individuais. Tais demandas dividiram-se entre questões referentes ao seguro defeso junto ao Ministério do Trabalho e Emprego; licenças ambientais junto ao IBAMA; Registro de pesca junto à SEAP e principalmente a defesa dos pescadores diante das ações de execução e monitórias impetradas pelo Estado do Rio Grande do Sul em 2010 contra os pescadores artesanais devido ao inadimplemento das parcelas referentes ao financiamento denominado PRÓ-RURAL 2000, dívida hoje anistiada pelo atual governo do estado.

### **Considerações Finais**

---

<sup>7</sup> A legislação que rege a pesca de mar no Estado do Rio Grande do Sul é extremamente antiga, e suas normas não se adéquam à realidade da pesca. Dentre outras carências, a malha da rede permitida é incapaz de capturar os peixes, devido a diminuição do tamanho do pescado e a área de pesca permitida e proibida é incerta. Diante disso, o AJUPESCA acompanha a Associação de Pescadores Artesanais do Cassino frente ao IBAMA para a construção dessa legislação. O IBAMA avaliou a forma de pescar nos municípios de Rio Grande e São José do Norte e atualmente existem reuniões mensais para a discussão dessa nova legislação.



O sentido da extensão é a busca de um diálogo crítico entre os diversos saberes. Infelizmente a universidade mostra-se indiferente ao contexto social circundante. Está em curso há muito tempo a realidade de uma universidade, seja pública ou particular, em crise de legitimidade,<sup>8</sup> com a produção de conhecimento não voltada para a transformação da realidade opressora, e não comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, como preconiza nossa Constituição Federal<sup>9</sup>. Cabe, neste contexto, aos núcleos de extensão universitária, como o AJUPESCA/FURG vem fazendo, disseminar uma nova cultura jurídica e resgatar a função social da universidade através da efetivação do tripé constitucional ensino, pesquisa e extensão<sup>10</sup>. Os resultados do projeto parecem satisfatórios num primeiro momento, e inclusive recebeu reconhecimento da universidade, sendo agraciado com o primeiro lugar na categoria Projeto de Extensão na IX edição da Mostra de Produção Universitária da FURG.

O projeto de extensão AJUPESCA/FURG reinventa o direito como um instrumento contra hegemônico, que pode ser usado como arma de luta política pelos movimentos sociais, cujo objetivo maior passa pela construção de um mundo socialmente mais justo e solidário. Nesse diapasão o projeto de extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG busca a inclusão de um setor historicamente excluído dos “benefícios” do Estado e seu reconhecimento como ator social autônomo frente ao Estado e ao Mercado.

### Referências Bibliográficas

APOLIANO GOMES, Marília Passos & outros. **A visão de um núcleo de assessoria jurídica popular e algumas experiências de trabalho**. Revista: Direito e Práxis, vol. 01, n. 01, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GORSDORF, Leandro. **A advocacia popular – novos sujeitos e novos paradigmas**. Cadernos RENAP nº 6. Março de 2005.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Assessoria Jurídica Universitária Popular: bases para rumos diferentes**. Revista: Direito e Práxis, vol. 01, Rio de Janeiro/RJ 2010.

---

<sup>8</sup> APOLIANO GOMES, Marília Passos & outros *apud* Boaventura de Souza Santos. **A visão de um núcleo de assessoria jurídica popular universitária e algumas experiências de trabalho**. Revista: Direito e Práxis, vol. 01, n. 01, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

<sup>9</sup> Constituição da República Federativa do Brasil.

<sup>10</sup> APOLIANO GOMES, Marília Passos & outros. *Ibidem*



# DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E OS IMPACTOS SOCIO-AMBIENTAIS CAUSADOS PELAS INSTALAÇÕES DE USINAS HIDROELÉTRICAS

**Área Temática: MEIO AMBIENTE (Desenvolvimento Regional Sustentável)**

Responsável: Cezar Cerutti Ponssoni

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Centro de Ensino Superior Norte do Estado do Rio Grande do Sul (CESNORS)

Cezar Cerutti Ponssoni<sup>1</sup>; Cleiton Junior da Silva<sup>1</sup>; Eduardo Alexandre Albarello<sup>1</sup>; Gabriela de Vargas Heinen<sup>1</sup>; Jordana Georgin<sup>1</sup>; Oscar Agustín Torres Figueredo<sup>2</sup>

## RESUMO

A construção de uma usina hidroelétrica (UHE), além de suas mudanças ambientais, também gera diversos impactos sociais sendo os mais significativos e complexos ocorridos nas fases de construção e de operação da usina atingindo uma ampla área envolvendo os arredores do projeto. Este trabalho tem como objetivos definir as principais dificuldades e impactos sofridos pela população rural, tanto social quanto economicamente por obras de usinas hidroelétricas. Igualmente busca-se colocar como foco de discussão a atuação da extensão universitária perante as problemáticas complexas decorrentes desta classe de iniciativa. O projeto da UHE de Itapiranga, localizada em trecho do rio Uruguai, entre a cidade catarinense de Itapiranga e Pinheirinho do Vale no Rio Grande do Sul, prevê a geração de energia equivale a um consumo médio de dois milhões de lares. Segundo o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) a citada obra interessa apenas aos investidores do projeto e as compensações dos impactos que podem ocorrer pela implantação de uma hidrelétrica são insignificantes, dada a importância social do local alagado. Esta e outras obras sempre colocam como principal argumento a geração de empregos; porém, em todos os casos é relatada a falta de uma assistência profissional junto às famílias que serão influenciadas pelas obras.

**Palavras – chave:** hidrelétrica, impactos socioambientais, sociedade.

---

<sup>1</sup> Acadêmicos de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Frederico Westphalen – Centro de Educação Superior do Norte – RS (CESNORS). zeza\_cp@hotmail.com

<sup>2</sup> Engenheiro Florestal – Doutor Oscar Agustín Torres Figueredo, professor do Centro de Educação Superior do Norte – RS (CESNORS), Universidade Federal de Santa Maria, Linha Sete de setembro s/n, BR 386 Km 40, CEP 98400-000, Frederico Westphalen (RS). oscar@smail.ufsm.br



## INTRODUÇÃO

Os impactos causados pela construção de uma usina hidroelétrica não causam apenas danos ambientais, afetam também as famílias que moravam as margens dos rios, que em muitos casos a mais de gerações, estão vinculadas a terra, o que se denomina de impactos sócio-ambientais. Para a produção deste tipo de energia uma vasta região é afetada pela obra. Além de modificar o micro-clima da mesma, as sociedades que habitam esses locais muito afetadas. Sendo assim, é necessário ressaltar que, o social e o ambiental têm influências recíprocas não sendo possível estudá-los separadamente.

É considerada a melhor alternativa de geração elétrica quando comparada com a termoeletricidade de combustíveis fósseis, pois tem como vantagens o fato de ser renovável e disponível no país no menor custo (ROSA et al, 1995).

O presente trabalho tem como objetivo definir as principais dificuldades e impactos sofridos pela população rural da microrregião de Frederico Westphalen – RS, quando estas são ou poderão ser afetadas, tanto social quanto economicamente, por obras de usinas hidroelétricas. Igualmente busca-se colocar como foco de discussão a atuação da extensão universitária perante as problemáticas complexas decorrentes desta classe de iniciativa na busca do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS).

## MATERIAL E METODOLOGIA

Para coleta de dados, bem como informações e declarações de populares e autoridades, foram realizadas visitas às cidades de Alpestre, Erval Seco, Frederico Westphalen e Pinheirinho do Vale, todas localizadas na microrregião de Frederico Westphalen, noroeste do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que esta região está vivendo uma fase de implantação de usinas hidroelétricas e isso vem a levantar a necessidade das famílias ribeirinhas de um apoio profissional, pois diversas vezes estas ficam sem informações sobre o projeto, sobre seus direitos e como suas vidas serão afetadas.

Os projetos de usinas hidroelétricas assumem especial importância porque a hidroeletricidade é à base do suprimento energético do Brasil (MÜLLER, 1995), tratando-se, na maioria dos casos de hidrelétricas de grande porte situadas a grande distância dos centros consumidores. É importante destacar que, alguns dos grandes impactos sociais provenientes da implantação de grandes projetos são mudanças na demografia das regiões de locação, as alterações na estrutura urbana e as desapropriações (BORTOLETO, 2001).

O mesmo autor menciona que, devem ser citados, ainda, os impactos ambientais causados a região receptora com perdas em sua fauna e flora, e os impactos sócio-espaciais causados pelos alagamentos que atingem propriedades rurais localizadas próximas às margens dos reservatórios, áreas cujos solos têm normalmente elevada fertilidade natural.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As empresas responsáveis pelos projetos garantem o desenvolvimento regional, injetando recursos financeiros, aumentando a demanda por produtos e serviços variados e em alguns casos o transporte entre municípios quando a barragem prevê uma estrada, além de contribuírem com o desenvolvimento do país pela produção energética.

Também são elaborados projetos de recuperação de áreas degradadas como forma de compensação ambiental, como o realizado pela Usina Foz do Chapecó da cidade de Alpestre, que promoveu o plantio de espécies florestais nativas na Reserva Biológica Moreno Fortes localizada no município de Dois Irmãos das Missões, no estado de Rio Grande do Sul (RS).

O projeto da UHE Itapiranga, entre Pinheirinho do Vale – RS e Itapiranga – SC, prevê a geração de energia equivale a um consumo médio de dois milhões de lares (725 MW) investindo cerca de R\$ 2 bilhões na obra. A usina terá 36 metros de altura, com coluna de água de 28 metros prevendo alagamento superior a 2.800 hectares em sete municípios da região. As áreas mais produtivas que poderão ser alagadas estão no lado catarinense, em Itapiranga, São João do Oeste e Mondaí e nos municípios gaúchos de Pinheirinho do Vale e Caiçara (PINHEIRINHO DO VALE, 2011).

Atualmente já está feito o inventário Hidroenergético, isto é, levantamento do potencial energético do rio. Ainda é necessário desenvolver estudos de campo (geologia, hidrometria e topografia), cadastro socioeconômico, estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA); após o estudo será feito leilão de energia e início da construção da usina.

Os empreendedores irão adquirir áreas para canteiro de obras, reservatório e faixa de APP (Área de Preservação Permanente), recomposição da infraestrutura e remanejamento da população. Antes de começar a negociação deve-se realizar um levantamento topográfico e o levantamento físico das propriedades, com o acompanhamento dos proprietários. Todos os critérios de negociação serão discutidos com os atingidos através de seus representantes.

Neste projeto prevê-se a geração de 2.500 empregos diretos no pico das obras e 3.000 empregos indiretos, movimentação da economia local, maior arrecadação de ICMS

(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), recolhimento de cerca de R\$ 11 milhões em ISS (Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza) durante 4 anos para Itapiranga e Pinheirinho do Vale, novas fontes de renda com o turismo no lago do reservatório (norteado pelo Plano Diretor), melhoria de vida para as famílias remanejadas.

Depois que a UHE Itapiranga entrar em operação, durante 30 anos serão pagos os *royalties* pelo uso da água. Um valor de R\$ 13 milhões anuais em média (corrigidos anualmente) assim distribuídos: 45% para municípios atingidos; 45% para os estados; e 10% para a União.

Porém, segundo o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) de Pinheirinho do Vale, a obra interessa apenas as empresas privadas que transformam o rio e a terra dos atingidos em lucro com a venda de energia elétrica. Um levantamento realizado nos municípios atingidos mostra que estes vão perder economicamente com a hidrelétrica devido à perda de produção agrícola.

De acordo com o MAB as obras são construídas por operários que migram de obra em obra, junto com as empreiteiras. Depois da obra pronta o trabalho se restringe a poucas pessoas especializadas, não gerando emprego para a região, fato também observado empiricamente por moradores de Alpestre, cidade atingida pela Usina Foz do Chapecó, próximo à futura obra em questão.

O prefeito de Pinheirinho do Vale, Peri da Costa destaca que as autoridades e o MAB devem discutir o assunto para garantir indenizações justas às propriedades atingidas.

Outro impasse é devido à instalação da linha de transmissão da PCH Tambaú de Erval Seco – RS. O projeto da empresa responsável prevê o cruzamento da linha de transmissão pela Linha Faguense em Frederico Westphalen. Moradores locais relatam as dificuldades encontradas principalmente pela falta de comunicação da empresa e de apoio das autoridades municipais. Contam também que a linha de transmissão muitas vezes passará a menos de 50 metros das residências e que o valor a ser pago pela faixa de terras abaixo da mesma é muito reduzido.

Dessa maneira, observa-se uma área com potencial para a atuação de profissionais em busca do Desenvolvimento Regional Sustentável, que por meio da extensão poderão trabalhar com a sociedade ribeirinha, proporcionando assim a realização de um trabalho onde todas as partes buscam as melhores formas de desenvolvimento das ações, em que se alcance de forma correta os objetivos individuais e coletivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos impactos que podem ocorrer pela implantação de uma usina hidrelétrica, tanto na parte ambiental como social é dada pela complexidade apresentada por estes em cada situação. A implantação de uma usina hidroelétrica provoca grandes impactos socioambientais, atingindo o entorno e as famílias que moram no local.

É de grande importância o estudo sobre esses impactos para as populações que serão atingidas, principalmente sobre sua qualidade de vida, devendo não ser prejudicada por interesses das empresas. As opiniões dos atingidos e das autoridades devem ter um maior peso na tomada das decisões, pois são os mais afetados com as obras.

Percebe-se uma falta de comunicação, evidenciando a necessidade de agentes de extensão para atuar junto às famílias rurais atingidas. Isto decorre da carência de informações a respeito das mudanças que ocorrerão em suas vidas, das obras que modificarão a região onde cresceram, bem como dos seus direitos e os valores justos que devem ser pagos por suas terras.

Perante a esta situação, este trabalho busca salientar a importância da função da extensão por parte dos universitários no referente à comunicação e na obtenção do DRS. A partir desta constatação, o grupo obteve um grande proveito para o entendimento da necessidade, bem como da importância, de um agente de extensão em situações complexas e que abrangem populações rurais e o ambiente em que elas vivem. Dessa forma, é preciso discutir e organizar o papel da UFSM/CESNORS localizada na região em estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLETO, E. M. **Os impactos do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá no desenvolvimento de Andradina-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente. 2001.

MÜLLER, A.C. **Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo, Makron Books. 1995.

PINHEIRINHO DO VALE, Prefeitura. **Relatório de Projetos**. Pinheirinho do Vale, RS. 2011.

ROSA, L.P. et al. **Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: O Caso das Grandes Barragens**. COOPE/UFRJ. 1995.



# **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DOS TEMPOS DO PROJETO RONDON E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: relato de caso.**

Área temática: Educação

A. RIEDER<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

## **Resumo**

As universidades possuem como uma de suas funções realizarem a extensão universitária. Através desta criam um canal de comunicação de mensagens, com um público alvo, fluindo em duplo sentido: levam e trazem conhecimentos, informação e dados. E isto cria um sinergismo positivo beneficiando a todos. No passado, uma experiência marcante de extensão foi realizada através do Projeto Rondon. Objetiva-se relatar um caso de extensão universitária que deflagrou um processo de interiorização da oferta de educação superior num estado do Brasil. O relato se utiliza de um resgate da memória de um ator que praticou a extensão universitária e vivenciou os reflexos desta ao longo dos tempos. O caso se dá em Cáceres, Mato Grosso, Brasil e, a partir do Projeto Rondon, Campus Avançado de Cáceres (4 universidades). O relato mostra que as ações continuadas de extensão universitária em um município carente, despertaram sonhos da comunidade local ter também acesso a educação superior, inclusive conseguindo transformar seu sonho em realidade, criando uma instituição de ensino superior (IES). Esta produziu efeito multiplicar transformando-se em Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Disto se conclui que a extensão universitária tem o poder de contribuir fortemente para deflagrar processos de transformações na sociedade.

Palavras-chave: Extensão, Projeto Rondon, Interiorização da Educação Superior

## **Introdução**

A extensão universitária estabelece vínculos entre universidade e comunidades, possibilitando a universidade captar realidades sociais, processar e incorporá-las em seus desafios, assim como contribuir para a solução de problemas nessa. Por outro lado, a comunidade não só espera ser beneficiada com os produtos gerados na universidade, como também se propõem a realimentar as metas da universidade e mantê-la fortemente vinculada e comprometida com a sociedade.

Esta vinculação e integração servem para adequar o ensino e a pesquisa acadêmica às demandas das realidades (social, cultural, econômica, ambiental, etc.), assim como para manter aberto um canal de comunicação com a comunidade interessada e necessitada e através da ação extensionista dar retorno a esta dos produtos gerados na academia. Assim tem-se o tripé sustentador e finalístico das universidades: ensino-pesquisa-extensão.

No final da década de 1960 até o início da década de 1990 a interação universidade-sociedade foi praticada com marcantes experiências no Brasil, principalmente através do Projeto Rondon por meio de seus vários Programas Operacionais. Um destes muito bem sucedidos foi o Programa Campi Avançados, com dezenas distribuídas pelo Brasil.

No presente texto relata-se uma parte do poder transformador das ações do Campus Avançado de Cáceres, focando sua contribuição na gênese do ensino superior público estadual de Mato Grosso assim como no formado de interiorização do mesmo.

### **Material e Metodologia**

O presente texto é um registro de um processo de frutificação de ações extensionistas propiciadas por um trabalho integrado desenvolvido por universidades brasileiras através do Projeto Rondon. Para originar a versão apresentada, resgata-se da memória de um rondonista (atuante no Projeto Rondon: ator e, também autor deste texto) acontecimentos vivenciados, experimentados por meio de estágios e direção de Operações Campi Avançados, na região de Cáceres, Mato Grosso, Brasil, a partir de 1974. Mais detalhes deste relato constam em MOTTA (2007)

### **Resultados e discussão**

Em meados de 1973, o Campus Avançado de Cáceres [Projeto Rondon; sob responsabilidade das Universidades Federais de: Pelotas (UFPEL), Mato Grosso (UFMT), Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e Universidade Católica de Pelotas (UCPel)] recebia sua turma inaugural. De mês em mês as equipes se revezam e novos estudantes universitários se associavam aos propósitos de integração nacional do Projeto Rondon e de um novo modelo de Extensão Universitária Brasileira. Apresentava-se como uma região extremamente carente de profissionais qualificados em nível superior. Nas escolas havia carência crônica de professores qualificados; na saúde havia poucas especialidades e sobre-carga para os profissionais existentes; os executores de atividades agrosilvopastoris quase não tinham a quem recorrer assistencialmente. Em fim, a carência era quase extrema, não só de recursos humanos qualificados, mas também de acesso a comunicação (com telefonia apenas local) regional, nacional e internacional. O acesso aos grandes centros era difícil. Rodovias não asfaltadas e esburacadas, navegação fluvial morosa, e a via aérea acessível a poucos. A energia elétrica pública era gerada por motor estacionário à óleo diesel, com horário para ficar tudo no escuro (a partir das 21 hs). Mas a região era paisagisticamente muito bonita e biologicamente excepcional em diversidade de espécies, ecossistemas e biomas. No município havia Pantanal, Campo, Cerrado e Floresta Amazônica e as combinações de transição. A oeste Cáceres divisava com a Bolívia havendo presença do Exército brasileiro. Este dáva todo o apoio para viabilizar o Projeto Rondon, principalmente no que se refere ao transporte de equipes desde as Universidades até os deslocamentos para atuação na fronteira. Por sua vez, as Universidades (Dirigentes, professores, estudantes), com o Projeto Rondon, ativavam sua interação com a sociedade,

quebrando barreiras de isolamento ou distanciamento da realidade brasileira, prestavam serviços relevantes, passavam a ser mais reconhecidas e apoiadas sociopoliticamente e, principalmente realimentavam-se nas discussões e novas propostas acadêmicas. Além disto, ativavam e facilitavam o ingresso de estudantes, à qualificação superior, destas regiões longínquas e desassistidas do Brasil e estimulavam-se a interiorização profissional dos qualificados em nível superior. E, demarcava-se uma nova fase de desenvolvimento descentralizado no Brasil. Entre vários acontecimentos atestadores, relata-se uma, iniciado com o Campus Avançado de Cáceres-Projeto Rondon-UFPeI, UCPeI, FURG-UFMT

*“As autoridades municipais ficam animados com o Projeto Rondon e se despertava nestes a possibilidade de começar a resolver a carência de profissionais qualificados em áreas básicas (saúde, educação, etc.). Uma solução aparente começava com o engajamento de estudantes-estagiários do Projeto Rondon, atuando em escolas em disciplinas que faltavam professores (mesmo que apenas durante o estágio – 1 mês); em pontos de atendimento à saúde em consultas, vacinações orientações preventivas; no judiciário atendendo demanda do público e analisando processos; na agricultura e pecuária, desenvolvendo pesquisas e prestando orientação técnica, tudo isto sob orientação e supervisão de professores na retaguarda (GTU-Universidades) e localmente acompanhados pela direção do Campus Avançado. Com a descontinuidade de vinda de estudantes em algumas áreas de interesse local, ficava evidente que, embora muito válidas estas atuações, os problemas das carências locais não tinham, neste formato, sua solução definitiva. E as autoridades locais reivindicavam ao Campus e respectivas Universidades para que estudassem e preparassem propostas a qualificar e também a fixar profissionais nas áreas mais carentes desta região do interior. Neste sentido, o Projeto Rondon, com seu programa de Interiorização Profissional, ofereceu vagas à esta fixação local, estimulado com bolsa equivalente a meio-salário profissional. Embora importante, mas isto foi suficiente às demandas locais. As Universidades ofereciam formatos que facilitavam ingresso de estudantes vindos destes locais carentes. Ajudava, mas era um retorno lento e incerto. Pois a exemplo de famílias que possuíam condições financeiras para mandar seus filhos estudarem em grandes centros, eram poucas pessoas que retornam para atuarem como profissionais em suas localidades de origem. Na verdade, mandar estudar fora, em geral resultava em drenagem de talentos, adensando os segmentos dos grandes centros. Ciente disto, as autoridades locais (Prefeito, Delegada de Ensino, Diretores de Escolas, etc), pediam para que fossem oferecidos em Cáceres cursos de Formação Superior de Professores, como forma de resolver as deficiências nestes*

setor, uma vez que os potencialmente interessados tinham dificuldade (familiares, financeiras, de trabalho) em o fazer sua formação fora. Então ocorreu uma iniciativa neste sentido. A UFMT assumiu uma turma especial de alunos para sua formação superior em Pedagogia, em meados da década de 70, executado em Cáceres, em formato modular e intensivo presencial no período das férias de professores leigos. Mas isto não supria a dimensão da demanda local. Em 1977-78 o prefeito de Cáceres, Ernani Martins pedia aos Reitores das Universidades responsáveis pelo Campus Avançado de Cáceres para que oferecessem mais cursos locais de formação superior de Professores nas áreas mais carentes. O Diretor do Campus Avançado de Cáceres atuava como interlocutor deste pleito (Interesses Locais-Universidades). Em junho de 1978, o prefeito Ernani Martins chamou o Diretor do Campus ao seu Gabinete para saber qual a resposta dos Reitores das Universidades (responsáveis pelo Campus Avançado de Cáceres) com relação aos cursos superiores pleiteados para serem ministrados em Cáceres. A informação que o Diretor tinha era que os Reitores estavam ainda estudando o pleito. Então, o Prefeito afirmou que não podia mais esperar a resposta deles. E emitiu as seguintes frases decisivas e geradoras de toda a história da Educação Superior Pública no Interior de Mato Grosso: “Fala para os seus Reitores meu muito obrigado, mas não preciso mais deles. A partir de hoje a Prefeitura vai criar e assumir o Ensino Superior em Cáceres”. E então se cria (Decreto Municipal n.º 190, de 20 de julho de 1978) o IESC – Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que começa a atuar (1978/2) com o Curso de Letras (Lic. Plena) e Estudos Sociais e Ciências (Lic. Curtas).

Imediatamente ficou constituído uma comissão para providenciar o projeto do IESC e dos cursos a oferecer. O Diretor do Campus Avançado de Cáceres foi convidado para fazer parte desta comissão. Impedimentos funcionais de momento não permitiam sua participação embora oferecido todo o apoio particular e funcional, ao seu alcance. Entretanto a sua colega, a Diretora Adjunta do Campus Avançado de Cáceres passou a fazer parte desta comissão, participando da elaboração do curso de Letras. Nesta comissão, a presidência ficou ao encargo do Diretor da Escola Técnica Raimundo Cândido dos Reis; a responsabilidade pela elaboração do curso de Estudos Sociais ao encargo de uma professora Licenciada da UFMT e com apoio logístico no Campus Avançado de Cáceres, o Curso de Ciências ao encargo de um professor da rede de Ensino de Cáceres. O aspecto pedagógico envolvido ficou ao encargo da então Delegada Regional de Ensino, e o projeto de viabilização administrativa-financeira ao encargo de um professor e proprietário de um escritório contábil em Cáceres. Todos integrantes

*destas comissões, embora com obrigações funcionais em seus empregos, promoviam discussões para a concepção e delineamento do IESC. Para tal, se reuniam, no fim das tardes, numa mesa sob a sombra de uma planta conhecida como “Chuva de Ouro”, no bar SOCIETY, quase ao por do sol, às margens do rio Paraguai, cais de Cáceres. Os primeiros rabiscos do IESC foram feitos em papel guardanapo, fornecidos pelo garçom do Bar. Estes encontros foram testemunhados, com frequência, pelo Diretor do Campus, o qual em várias ocasiões neste processo de concepção e maturação da idéia, debatia e emitia sua opinião e visão ao grupo.*

*O primeiro vestibular no IESC (Letras, Estudos Sociais) ocorreu em agosto e as aulas iniciam em setembro de 1978. O primeiro diretor do IESC passou a ser o presidente da comissão de elaboração do projeto desta. Em 1985 o IESC é transformado em Fundação Estadual (FCUC, depois FCESC); em 1990 a FCESC se expande para outros municípios do interior de Mato Grosso para, em seguida, mudar de nome FESMAT; em 1993 transforma-se em Universidade do Estado de Mato Grosso (atual UNEMAT) (ZATTAR, 2007 a, b).*

### **Conclusão**

Ações de extensão universitária, como as realizadas através do Projeto Rondon, contribuíram significativamente para: (1) Transformar realidades brasileiras, impulsionando-as de estágios de muita carência para a superação rápida destas, como é caso de Cáceres (MT); (2). Realimentar as discussões, os formatos, as funções e as metas das universidades;

### **Bibliografia**

- MOTTA, A. de M. História Oral do Projeto Rondon – entrevistas:... Arno Rieder...concedida a Estanislau Monteiro de Oliveira / Coordenador Geral Aricildes de Moraes Motta. In.: **História Oral do Exército** – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. p. 317-336. 456 p. – (Biblioteca do Exército; 792 . Tomo 3 – Coordenador do Projeto: Geraldo Luiz Nery da Silva).
- ZATTAR, N. B. da S. **Unemat 30 anos: Pelos Caminhos de Mato Grosso** / Neuza Benedita da Silva Zattar; Danielle Tavares Teixeira; Luíza Bernadete Artioli. Cáceres: Editora Unemat, 2008 a. 98 p.
- ZATTAR, N. B. da S. **Do IESC à UNEMAT: uma história plural 1978-2008**/ Neuza Benedita da Silva Zattar. Cáceres[MT]: Editora Unemat, 2008 b. 125 p.

### **Título**

Novo paradigma para um velho desafio – a experiência da gestão de extensão universitária do Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão da PUC Minas

### **Área Temática**

Direitos humanos e justiça

### **Responsável pelo trabalho**

W. Teodoro da Silva

### **Instituição**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

### **Nome dos autores**

R. Maria Corrêa; A. Eustáquio Teixeira; W. Teodoro da Silva

### **Resumo**

Essa proposta de diálogo e troca de experiência na Tertúlia trata da uma nova orientação dos trabalhos da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas e os seus desafios para o seu Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão. Essa reorientação visa criar uma cultura extensionista que se apresente capilarmente nos cursos de graduação e pós-graduação da universidade. Com esse horizonte, a Pró-Reitoria espera deixar de ser o lugar responsável meramente pela execução de atividades de extensão da universidade e passa a ser um lugar de fomento e gestão de ações extensionistas. Nesse novo ambiente organizativo e nessa nova proposta de presença extensionista, os núcleos Sociedade Inclusiva e Direitos Humanos foram fundidos em apenas um: o Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão. Esse núcleo ficou responsável pelo fomento e gestão das atividades extensionistas na Faculdade Mineira Direito em suas graduações e em sua pós-graduação. Dentre as atividades que se deverão cumprir, destacamos para o debate o fomento de cursos de mediação de conflito (em parceria com os cursos de psicologia e serviço social); o projeto APAC, o empenho de legitimação da extensão universitária e os desafios dos diagnósticos e monitoramentos. Essas tarefas estão sendo cumpridas dentro do princípio da indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão.

### **Palavras-chave**

Gestão em extensão, extensão e Direito, indissociabilidade

### **Introdução**



Esperamos colocar para o diálogo a nova experiência que estamos vivendo na nova política de extensão da PUC Minas. O nosso desafio é propor que a pró-reitoria de extensão e os seus núcleos não sejam mais os lugares de onde partam quase que exclusivamente as atividades extensionistas da universidade. A nova esperança é fomentar a cultura extensionista em todos os cursos da universidade ao lado do ensino e da pesquisa. O que se espera é criar as condições objetivas e subjetivas para que a extensão universitária seja compreendida pela mentalidade de toda a comunidade acadêmica numa relação de horizontalidade entre o ensino e a pesquisa. Constatamos que a extensão não ocupa esse lugar entre os sujeitos acadêmicos. E isso é terrível, porque sabemos que sem a extensão a universidade não consegue se realizar como tal.

Nosso discurso busca na indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa o núcleo duro produtor da identidade da universidade. A realização da muito dita e pouco compreendida indissociabilidade parece-nos um caminho incontornável para a efetivação do lugar acadêmico que se vê interpelado de maneira cada vez mais densa e intensa pelo nosso momento histórico. Parece-nos que a universidade vive um descompasso profundo com o mundo que lhe cerca e no qual ela se insere. Ela está deixando de ser uma torre de marfim permitindo ecoar nela as grandes tramas e os profundos dramas da sociedade. Entretanto, ela parece receber esse eco como um sujeito que apenas vê com dificuldades de compreender. Pensamos que a extensão universitária em muito contribui contra as senescências do todo acadêmico. Ao permear o seu capilarmente, ela poderá dar o tônus que adia ou impede o envelhecimento deste lugar que, embora multissecular, deve estar sempre disposto para a vida e suas inquietudes.

O século XX inaugurou-se na história como o tempo da complexidade. O desafio de elaborar um pensamento que pudesse promover sínteses do mundo tornou-se cada vez mais difícil. A complexidade e o movimento diluidor da modernidade, sempre crescente em velocidade e em densidade, demoliram as grandes estruturas explicativas e produtoras de sentidos. O século XXI inaugura a complexidade do complexo. Ou seja, a radicalização dos encadeamentos dos sentidos estruturadores do estar humano no mundo; dos conhecimentos que produzimos; a contestação de que o saber acadêmico não é o único relevante, mas um saber ao lado de tantos outros; a hegemonia do capital; a tentativa de realização existencial no consumo; a tecnologia que permite a uma geração contemporânea experimentar mais

transformações tecnológicas do que as que a humanidade experimentou em toda a sua história pregressa.

Diante desses desafios, a universidade encontra na indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa um lugar marcado pela vastidão de seus diversos lugares compreensivos e propositivos em suas múltiplas formas de compreender o ser humano e o mundo natural. Nesse ambiente, a extensão parece se apresentar como um lugar dinamizador através do seu permeio no ensino e na pesquisa e a sua capacidade de criar interlocuções com os diversos setores da sociedade civil, do Estado e dos setores produtivos. Não se trata de privilegiar a extensão diante dos demais *loci* acadêmicos. Ao contrário, ela se coloca numa dinâmica de *serviço* imposta por sua natureza.

Em que pese o dado da extensão ser necessária ao todo acadêmico, importa-nos discuti-la no ambiente acadêmico do curso de Direito da PUC Minas. Como todos os cursos que existem nessa universidade, o Direito possui alta relevância intelectual e societária. Entretanto, há nele um aspecto que importa sobremaneira a sociedade: o Direito forma e fornece os quadros para o um dos três poderes da República. Para os poderes legislativo e executivo, a pessoa interessada deve passar pelo sufrágio universal. Já para o judiciário, a pessoa deve ser advogada e passar por um concurso público. E não apenas por isso, desde a revolução francesa quando a sociedade deixou de ser estruturada a partir da graça e passou a se estruturar a partir da justiça, o teólogo deixa o centro dos lugares estruturantes deixando o jurista no centro do centro. É verdade ele não está sozinho aí, mas é igualmente inegável que ele se apresenta como o analista privilegiado para o Estado.

A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa é o encontro entre alteridades acadêmicas que permite a formação de uma ambiente no qual a totalidade do humano terá mais chances de ser continuamente descoberta pelos estudantes. Indissociar não significa meramente acrescentar um tanto de pesquisa, outro bocado de extensão na massa do ensino e misturar bem. Não se trata de uma receita pronta. É uma forma de cumprir a tarefa histórica que se espera da universidade. É um jeito de existir que não supõe que um desses lugares deva ser subsumido pelos outros.

De ser assim, o indissociar é ato dinamizador. Ele pede que os atores abram-se uns para os outros e descubram que é nessa relação de mútua interpelações, co-laborações e co-elaborações que a universidade surge como tal. É dentro do espírito do indissociar a

extensão, o ensino e a pesquisa que o Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão esperar iniciar um diálogo que se espera longo e profundo com a Faculdade Mineira de Direito.

### **Material e metodologia**

A fim de atingir o objetivo de estimular a criação de uma cultura extensionista, que possibilite ao Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão (NDHI) fomentar e gestar atividades dessa natureza, nos diversos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Mineira de Direito (FMD), foi proposto um modelo de atuação baseado na metodologia da pesquisa-ação.

Pode-se definir a pesquisa-ação como uma metodologia que articula, de forma dialógica, atividades de pesquisa e intervenção da realidade pesquisada, de maneira integrada e contínua. Trata-se de uma metodologia que apresenta, em relação às metodologias tradicionais de investigação, a vantagem de aproximar pesquisador e sujeitos pesquisados, indicada, por exemplo, para situações nas quais não é desejável (ou viável) haver um grande intervalo de tempo entre a investigação, a apresentação de soluções e implementação.

A pesquisa-ação será realizada por alunos extensionistas do NDHI, sob a coordenação e suporte de coordenadores de extensão dos cursos de Direito e de professores do NDHI. Será foco desse trabalho professores que ministram aula nos diversos cursos de Direito da FMD, que possuem, ou não, experiência em atividades extensionistas.

Por se tratar de uma primeira iniciativa dessa natureza feita pelo NDHI, e devido a limitações de ordem financeira, de recursos humanos e de tempo, optou-se em adotar uma abordagem qualitativa, na qual a definição da quantidade e dos professores que serão abordados se dará por critério de conveniência. Uma lista com potenciais participantes será elaborada, com ajuda dos colegiados e coordenadores de extensão dos diversos cursos de direitos. Nessa lista constarão nome de professores que, na perspectiva dos colegiados e coordenadores de extensão, já desenvolvem ações dessa natureza ou que possuem perfil para isso.

Essa pesquisa foi planejada para ocorrer através das seguintes ações:

1º Pesquisa Bibliográfica e documental sobre a Extensão Universitária no Brasil e na PUC Minas; 2º Aproximação com colegiados e coordenadores de extensão dos diversos cursos de Direito da FMD para a apresentação da proposta da pesquisa-ação; 3º Elaboração de

uma lista dos professores em potencial para a pesquisa; 3º Elaboração de um roteiro de entrevistas semi-estruturada; 4º Reuniões de trabalho com os professores selecionados disponíveis para a coleta e o diálogo sobre as possibilidades, potencialidades e interesses deles em elaborarem atividades de extensão, com assessoria do NDHI se for necessário e 5º Diálogo com coordenadores de colegiados e de extensão dos cursos.

### **Resultados e discussões**

Esse trabalho de fomento de uma nova cultura extensionista na universidade está em seus momentos iniciais. Iniciamos diálogos com os cursos de Direito e conseguimos organizar um grupo que está funcionando de maneira independente, mas com o suporte adequado da pró-reitoria de extensão. Esse grupo está estruturando, junto com professores do curso de Psicologia, um curso de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos. Estamos acompanhando projetos de extensão de professores que iniciarão via edital. A ainda, seguindo com o curso de educação para pessoas portadoras de necessidades especiais. Desenvolvemos trabalho junto à Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC.

### **Conclusão**

Esse trabalho está em aberto e nos apenas nos permite conclusões parciais. Descobrimos que existe na universidade uma demanda represada por atividades extensionista. Entretanto, a valorização da extensão como lugar acadêmico relevante é o maior desafio para que essas demandas sejam atendidas de maneira academicamente relevante. Estamos percebendo, cada vez mais, que o ensino pode se apresentar como uma clausura, a pesquisa passos no escuro e a extensão o espaço que se constrói no diálogo.

### **Referências Bibliográficas (dentre outras, destacamos)**

BARBIER, René. **Pesquisa-Ação**. Brasília: Plano Editor. 2002.

HAGUETE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. e. ed. Petrópolis: Vozes.1999.

FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na America Latina**. Brasília: UNB, 2001.



# OLIMPIÁDA DE MATEMÁTICA DO RIO GRANDE

Universidade Federal do Rio Grande(FURG)

Prof.Msc.Luverci do Nascimento Ferreira <sup>1</sup>

Bruno Arruda Torres <sup>2</sup>

Telia Mara Lopes da Rosa <sup>3</sup>

Suelen Souza Salomão <sup>4</sup>

**Resumo:** Este texto trata do incentivo ao estudo da Matemática, através da resolução de problemas intrigantes e desafiadores, os quais desenvolvem a inteligência, criatividade, imaginação e disciplina mental dos estudantes, do ensino fundamental e ensino médio. Como proposta pedagógica de sucesso no Brasil e no mundo, o projeto Olimpíada de Matemática oportuniza aos acadêmicos dos cursos de Matemática a prática de seus conhecimentos e habilidades adquiridas desde os primeiros períodos do curso, levando à comunidade um pouco do que é desenvolvido no Instituto de Matemática, Estatística e Física- IMEF, da FURG, através de oficinas e palestras destinadas aos participantes da Olimpíada.

**Palavras-Chave:** Matemática, Ensino, Olimpíadas.

---

1 Prof. Msc. Luverci do Nascimento Ferreira  
Coordenador da Olimpíada de Matemática do Rio Grande  
Email: [luverci@gmail.com](mailto:luverci@gmail.com)

2 Bruno Arruda Torres  
Acadêmico do Curso Matemática Aplicada  
Email: [brunoarrudatorres@yahoo.com.br](mailto:brunoarrudatorres@yahoo.com.br)

3 Telia Mara Lopes da Rosa  
Acadêmico do Curso Matemática Licenciatura  
Email: [telialopes@furg.br](mailto:telialopes@furg.br)

4 Suelen Souza Salomão  
Acadêmico do Curso Matemática Licenciatura  
Email: [suelenss19@yahoo.com.br](mailto:suelenss19@yahoo.com.br)



## Introdução

---

A Olimpíada de Matemática é uma competição inspirada nos jogos olímpicos, que por sua vez são inspirados nos festivais esportivos que os gregos realizavam na antiga Elida, em homenagem ao deus Zeus e outros deuses que habitam o Olimpo.

A primeira Olimpíada de Matemática ocorreu na Hungria, leste europeu, em 1894, em homenagem ao Ministro da Educação da Hungria, József Kürschák, Professor de Matemática e membro da Academia de Ciências da Hungria e do Instituto Politécnico da Universidade de Budapeste. A partir de então, competições similares foram espalhando-se por toda Europa, culminando com a I Olimpíada Internacional de Matemática (International Mathematical Olympiad – IMO), organizada na Romênia, em 1959.

Desde então, países de todo o mundo participam desta que é a maior competição de Matemática, sendo realizada anualmente, sempre em país diferente. Em 1985, patrocinada pela Organização dos Estados Íbero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, acontece a I Olimpíada Íbero-Americana de Matemática. Existe, também, a Olimpíada de Matemática do Cone Sul, envolvendo estudantes do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Há, ainda, as Olimpíadas de Maio, patrocinada pelo Centro Latinoamericano de Matemática e Informática (CLAMI) e pela Federação de Competições de Matemática. Este concurso é aplicado nas escolas da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, México, Panamá, Paraguai e Venezuela, e é dividido em dois níveis: estudantes menores de 13 anos e estudantes com idade de 13 a 15 anos.

Cabe salientar, que o Brasil participa de todas estas competições e já conquistou medalhas de ouro, prata e bronze. No Brasil, a Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, realiza, anualmente, desde 1979, a Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) e, através da Comissão Brasileira de Olimpíadas de Matemática, coordena a participação de estudantes brasileiros em competições internacionais.

Em 2005, surge a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, promovida pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo seguida de programas de iniciação científica para os alunos premiados.

Em Rio Grande, no ano de 1993, foi criada a Olimpíada Riograndina de Matemática, que tornou-se um evento regular. Após uma breve interrupção, em 2004, retornou com o título de Olimpíada de Matemática de Rio Grande, sendo um projeto de ensino, promovido pela comissão do curso de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde acadêmicos do curso ministravam aulas preparatórias para estudantes de escolas públicas do município, e ao final do curso realizavam uma prova de competição. A partir

de 2007, a Olimpíada passou a ser um Projeto de Extensão e foi laureada com um Certificado de Honra ao Mérito na VI Mostra de Produção Universitária (MPU).

Com o intuito de ganhar maior visibilidade e associar o nome da FURG ao evento, e prosseguindo a ideia desenvolvida com muito sucesso pelo Prof<sup>o</sup> Dr. Mário Rocha Retamoso no ano anterior, o projeto continuou com o mesmo título, possibilitando à coordenação o poder de pleitear patrocínios e premiar significativamente os participantes melhores classificados. No ano de 2009, o projeto atingiu um grande público, tendo uma ótima receptividade tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade escolar.

Esta receptividade proporcionou à Olimpíada de Matemática de Rio Grande/FURG, sua participação no 28<sup>o</sup> Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), realizado em setembro de 2010 em Florianópolis, Santa Catarina.

Podemos enunciar como objetivos principais da Olimpíada o incentivo aos alunos, das escolas públicas de Rio Grande e São José do Norte, município vizinho, à participação na OBMEP, como também induzir o gosto e o prazer de estudar Matemática, estimulando o ensino e a aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio, com uma coleção de problemas instigantes e desafiadores contextualizados com o dia-a-dia; estimular nos acadêmicos do curso de Matemática o interesse pela prática em sala de aula de atividades relacionadas com o ensino de Matemática via resolução de problemas; identificar jovens talentos, despertando sua curiosidade e criatividade na resolução dos problemas usando o raciocínio lógico e algumas ferramentas fundamentais para a resolução dos mesmos.

## Material e Metodologia

---

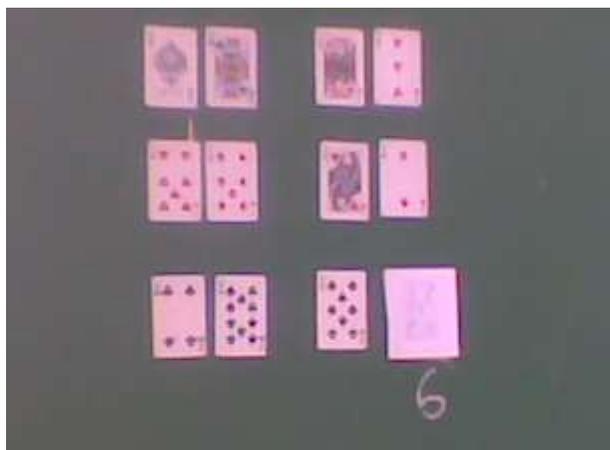
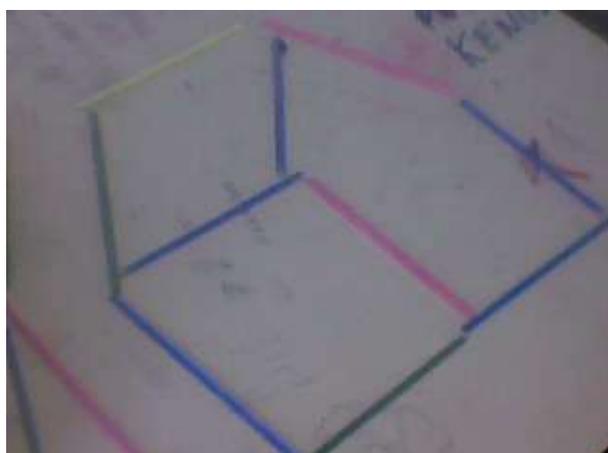
São realizadas, semanalmente, oficinas expositivas, ministradas por acadêmicos do curso de Matemática, direcionadas a alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas do município de Rio Grande e São José do Norte, sendo estes alunos, divididos em classes de acordo com sua escolaridade, isto é, nível I para alunos de 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> série; nível II para alunos de 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> série e nível III para alunos do ensino médio, onde são aplicados tópicos de Matemática, fornecendo subsídios para um bom desempenho em provas de olimpíadas.

As oficinas são aplicadas em quatro escolas-pólos pré-determinadas em semanas alternadas, ou seja, a cada semana duas escolas-pólos recebem as oficinas. Além disso, também são ministradas palestras nas escolas públicas da cidade com o objetivo de divulgar as oficinas, bem como a prova que será realizada em 26 de novembro do corrente ano. Porém, o objetivo maior é desmistificar o ensino da Matemática, disseminando-o de uma maneira lúdica fora da Universidade, utilizando seus próprios alunos, acadêmicos do curso de Matemática do IMEF, prestando um serviço de divulgação e auxílio para o nosso público alvo da comunidade escolar.

Os objetivos do projeto mostram a indissociabilidade entre esses elementos, pois em certos momentos eles se confundem em prol de um mesmo denominador. Também são realizadas reuniões semanais entre coordenador, secretárias e monitores para melhor

andamento do projeto. O coordenador é responsável por gerenciar essas discussões, bem como encaminhar, em conjunto, soluções aos problemas que possam surgir.

Vale ressaltar que, utiliza-se de materiais concreto/recicláveis a fim de maximizar a aprendizagem, além de melhorar o desempenho no ensino e do ambiente escolar com práticas pedagógicas, vivenciadas nas oficinas aos alunos participantes. Com isso, também é possível demonstrar a beleza e a simplicidade de problemas reais por meio de objetos simples do cotidiano, apenas com a interação da inteligência e criatividade utilizadas corretamente.



Sítio: [www.omrg.furg.br](http://www.omrg.furg.br)

## Conclusão

---

A Matemática é uma ferramenta essencial na construção da cidadania, pois, além de ajudar na conquista da autonomia, auxilia o desenvolvimento da criatividade e capacidade de raciocínio mais rápido e preciso, também ajuda a entender como a sociedade transformou-se ao longo da história, e qual sua importância desde a antiguidade até os dias atuais.

Na Olimpíada de Matemática os estudantes, tanto do ensino fundamental como médio, experimentam o prazer de resolver problemas instigantes e desafiadores, e este tipo de atividade intelectual, valoriza a competência e o saber, demonstra civilidade e avanço cultural. Além disso, os participantes de Olimpíadas de Matemática, alunos do ensino fundamental e médio, melhoram seu desempenho em outras disciplinas escolares, já que adquirem hábitos de organização mental e disciplina na execução de suas tarefas.

A possibilidade do aluno criar novos vínculos com a escola, mudar suas atitudes com relação à própria Matemática é outra contribuição das olimpíadas, pois o aluno sai da rotina de sala de aula, interage diretamente com colegas e professores de outras escolas, fazendo-o descobrir a Matemática como linguagem viva da descrição dos fenômenos naturais, científicos e tecnológicos com seus próprios métodos de pensamento.

É fundamental ressaltar o crescimento da autoconfiança e da auto-estima do aluno, pois desenvolver sua capacidade de resolver problemas que não são contextualizados em sala de aula, cria uma nova disposição para o estudo e melhor apreensão de conceitos de qualquer natureza.

Também é de suma importância a participação nas Olimpíadas dos acadêmicos envolvidos, pois, além de exercerem a docência desmistificando o ensino da matemática, contribui para seu crescimento tanto acadêmico quanto profissional.

## Referências

---

CARNEIRO, Emanuel. **Olimpíada de Matemática – Uma Porta para o Futuro. II** Bienal d SBM, 2004.

SALKIND, Charles. **Competições Matemáticas**. Editora Interciência, 1989.

POLYA, Georg. **A Arte de Resolver Problemas**. Editora Interciência, 2006.

OBMEP (2010). Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

Disponível em: <<http://www.obmep.org.br/apresentação.html>>

Acesso em 14 de Maio de 2011.

OBM. Olimpíada Brasileira de Matemática

Disponível em: <[http://www.obm.org.br/opencms/breve\\_historico.html](http://www.obm.org.br/opencms/breve_historico.html)>

Acesso em 14 de Maio de 2011.

OMRG (2010). Olimpíada de Matemática de Rio Grande.

Disponível em: <<http://www.omrg.furg.br/historico.html>> Acesso em 14 de Maio de 2011.



# O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DA GESTÃO DE COLETIVOS

**Linha:** Gestão institucional

**Responsável pelo trabalho:** Bernadete M. DALMOLIN

**Instituição:** Universidade de Passo Fundo (UPF)

**Nome dos autores:** Bernadete M. DALMOLIN<sup>1</sup>; Cleide F. MORETTO<sup>2</sup>; Munira AWAD<sup>1</sup>; Ana MIGOTT<sup>2</sup>; Eliana C. DALAGASPERINA<sup>2</sup>; Elizabeth FOSCHEIRA<sup>3</sup>; Rodrigo LUZ<sup>3</sup>; Lorena T. C. GEIB<sup>4</sup>

**Resumo** O objetivo deste trabalho é descrever e socializar o processo de redimensionamento da Extensão de uma Universidade Comunitária experimentado pela Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, ancorada nas diretrizes do Plano Nacional de Extensão (PNE). **Metodologia:** Utilizou-se a co-gestão, proposto por Campos (2000), que tem como pressuposto a construção da democracia institucional e como objetivo o aumento da capacidade de análise e intervenção dos coletivos. **Resultados:** Este processo envolveu o coletivo dos professores extensionistas, da Comissão de Extensão da Divisão de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC) e dos colegiados de cursos. Todas essas atividades desencadeadas concomitantemente tiveram o intuito de disparar a discussão da extensão, valorizar e potencializar a ação de cada ator, na perspectiva da expansão do micro para o macro espaço, as quais culminaram na realização dos seminários integradores. Pode-se perceber que estes seminários permitiram não apenas a aproximação de extensionistas de diferentes disciplinas/unidades, mas a oportunidade de uma análise dialógica provocadora de mobilização interna, fundamentais para a construção coletiva de um projeto institucional que culminou com a aprovação da Política de Extensão e a sua articulação a partir do protagonismo dos atores envolvidos, além da maioria dos elementos oriundos das discussões terem sido contempladas no planejamento estratégico institucional. **Considerações:** O processo apresentado ainda está em curso, mas já manifesta avanços importantes na perspectiva de atender a uma demanda em termos da articulação dos trabalhos existentes e de visibilidade da extensão. Mudanças desta natureza requerem desconstruções de alguns valores individuais, ainda muito presentes no fazer acadêmico.

## Introdução

A Universidade de Passo Fundo nasceu, há mais de cinco décadas, como uma instituição de ensino superior comunitária e regional, foi legitimada, assim, a partir de uma

---

<sup>1</sup> Coordenadoras das Divisões de Extensão e de Assuntos Comunitários (VREAC/UPF).

<sup>2</sup> Assessoras da VREAC (UPF).

<sup>3</sup> Coordenadores de Extensão (UPF).

<sup>4</sup> Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (UPF).

aspiração da comunidade<sup>5</sup>. Em sua trajetória de atuação, sempre tiveram notável expressão as ações de extensão, sobretudo enquanto ações de responsabilidade social, direcionadas à comunidade local e ao entorno regional. Em termos da estrutura formal para a sua operacionalização, entretanto, observa-se que, ao contrário do que ocorreu no âmbito da graduação, e, na sequência, com a pesquisa, a constituição de instâncias administrativas, assim como de políticas e diretrizes de atuação foram sendo adiadas em termos da gestão institucional.

A extensão, na Universidade de Passo Fundo, surgiu efetivamente como uma coordenação, dentro da Vice-Reitoria Acadêmica, no ano de 1979. Em 1986 ganhou espaço com a criação da Vice-Reitoria de Pesquisa e Extensão, que passou para Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, em 1996. Apenas em 1997 a extensão ocupou uma pasta exclusiva na instituição, momento em que foi criada a Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (VREAC). Pode-se inferir que a morosidade nesse processo condicionou o amadurecimento de sua institucionalização, tendo em vista que, em 2010, apesar dos inúmeros projetos, eventos e outras ações de extensão desenvolvidos no âmbito da universidade, inclusive de alto impacto social e regional, não havia uma *política institucional de extensão e assuntos comunitários*. Fato este que contribuiu, também, para uma série de fragilidades, apontadas pela análise situacional realizada recentemente, que se evidenciam primariamente na (in)visibilidade interna e externa das ações de Extensão e Assuntos Comunitários, ou na falta de “clareza institucional” e conceitual a respeito da extensão, dos assuntos comunitários e da responsabilidade social, assim como na relação entre a filantropia e a extensão. Identificou-se, da análise, uma baixa articulação entre a VREAC com as demais vice-reitorias na direção de uma política institucional, o que pode ser corroborado com a percepção da incipiente integração das atividades de extensão com as atividades de ensino e de pesquisa.

Os problemas apontados no âmbito dos subsequentes processos, fluxos, monitoramento e avaliação, reforçam a percepção da fragilidade gerencial desta dimensão, decorrente, a partir dos relatos, em grande medida, da descontinuidade nos planos de gestão, comprometendo, de outra parte, a sustentabilidade financeira dessas ações. Consequentemente, abre-se espaço, no âmbito institucional, para que as ações de extensão

---

<sup>5</sup> A Universidade de Passo Fundo, com sede no município de Passo Fundo (RS), foi criada e é mantida pela Fundação Universidade de Passo Fundo. Foi reconhecida pelo governo federal, pelo decreto nº 62.835, de 6 de junho de 1968. Desde 1993, tornou-se uma instituição multicampi (parecer nº 772/93 do Conselho Federal de Educação) que atua em outros seis municípios da região: Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade e Sarandi (UPF, 2006a).

individuais se sobreponham ao coletivo. O objetivo da presente discussão, nestes termos, é descrever e socializar o processo de redimensionamento da Extensão de uma Universidade Comunitária experimentado pela Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, ancorada nas diretrizes do Plano Nacional de Extensão (PNE), e que buscou subsidiar a construção da Política de Extensão e Assuntos Comunitários da instituição.

### **Metodologia**

A metodologia adotada para o processo de redimensionamento institucional consistiu na implementação de um processo participativo dos coletivos organizados (e reatualizados) em torno de uma proposta de trabalho para a Extensão. Trata-se de um método de gestão de coletivos organizados para o trabalho, proposto por Campos (2000), que tem como pressuposto a construção da democracia institucional e como objetivo o aumento da capacidade de análise e intervenção dos coletivos. Busca entender os espaços institucionais e seus contextos produzindo valores de uso, ao mesmo tempo em que investe na produção de sujeitos/subjetividades passíveis de transformação para realização de desejos coletivos. É um método que propõe a co-gestão por meio de uma permanente co-produção, negociações e consensos provisórios (CAMPOS, 2000; 2003).

Entendeu-se que a estrutura organizacional de colegialidade presente na instituição precisava ser fomentada e potencializada na sua essência, em cada uma das etapas do processo. Assim, buscou-se por meio dos espaços institucionalmente constituídos, promover a análise e a discussão da Extensão Universitária.

A primeira fase do trabalho contou com “Reuniões Conjuntas”, semanais, envolvendo todos os integrantes da VREAC (reitora, assessorias, funcionários, comissão de Extensão e Assuntos Comunitários e professores voluntários), objetivando a constituição do próprio grupo, a leitura das expectativas em relação ao trabalho e a análise situacional. As sínteses de cada encontro eram ampliadas, agregando-se informações a partir dos documentos institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano Pedagógico Institucional, Regimento Geral, Relatórios de Avaliação Externa e de Autoavaliação), da memória e de materiais elaborados (não institucionalizados) trazidos pelos participantes. Na sequência das reuniões, o grupo foi discutindo os passos do Planejamento Estratégico e buscando consensos, processo esse que foi sendo expandido para toda a comunidade acadêmica e, também, para representantes da comunidade externa.

O Planejamento Estratégico que serviu de base à elaboração do Plano Estratégico foi desenvolvido por meio dos seguintes passos: Análise Situacional da VREAC; Construção

da concepção de Extensão; Construção da Visão; Definição dos Objetivos Estratégicos, ações e metas; e a Gestão do Plano. Dentre os objetivos estratégicos, o primeiro delineado foi o redimensionar a estrutura organizacional e funcional da VREAC quando, por meio de um conjunto de ações articuladas (workshops, seminários integradores e reuniões por áreas temáticas), pode-se realizá-las. Foram utilizadas como unidades de análise básicas os Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e os projetos institucionalizados na VREAC.

## **Resultados**

A premissa norteadora dos trabalhos é de que, mais que resultados, valoriza-se o processo em si, pois é por meio dele que são desencadeados novos olhares, perspectivas e propostas para a construção das políticas. A primeira etapa desta dinâmica envolveu os professores extensionistas, a Comissão de Extensão e a Divisão de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC) e os colegiados de cursos.

Aos professores extensionistas, com projetos institucionalizados, foi solicitado responder um instrumento com elementos norteadores em termos das diretrizes do PNE que permitissem dar visibilidade aos principais resultados alcançados. Este momento possibilitou a construção de indicadores que integrarão o novo sistema de submissão de projetos. Coube à Comissão de Extensão e à DEAC a análise dos projetos institucionalizados sinalizando a possibilidade de integração e redefinição de projetos em torno de afinidades, linhas e áreas temáticas da Extensão. Na continuidade, procurou-se (re)direcionar os projetos em programas como uma forma de aproximar professores, alunos, projetos e potencializar o papel dos Centros e Núcleos existentes no âmbito da instituição. Por meio dos colegiados de cursos, e com a facilitação dos coordenadores de extensão de cada unidade, procurou-se identificar as ações de Extensão e Assuntos Comunitários presentes em cada PPC, no sentido de resgatar o que já havia sido construído, na perspectiva da visibilidade, e abrindo espaço para a reflexão sobre a sua coerência em relação às ações desenvolvidas no âmbito da instituição, assim como no do Plano Nacional de Extensão. Nesse processo, também foram identificadas ações desenvolvidas e não institucionalizadas, além das ações potenciais de Extensão, ainda não exploradas pelos cursos. Um dos elementos que esteve presente neste e nos demais momentos previstos foi o questionamento sobre as integrações possíveis dos projetos/ações de extensão (intra e intercursos, intra e interunidades acadêmicas).

Todas essas etapas, que ocorreram concomitantemente, tiveram o intuito de valorizar e potencializar a ação de cada ator, na perspectiva da expansão do micro para o

macro espaço. No micro foi possível evidenciar a dissonância, na maioria dos cursos, do que estava projetado para a extensão e o que vinha sendo realizado, em especial, no que diz respeito à integração interdisciplinar e ao impacto social; no macro, que culminou na realização dos seminários integradores, pode-se oportunizar não apenas a aproximação de extensionistas de diferentes disciplinas e unidades, mas a oportunidade de socialização de propostas e uma análise dialógica provocadora de mobilização interna, fundamentais para a abertura da discussão e construção coletiva voltadas a um projeto institucional.

### **Conclusões**

O processo apresentado ainda está em curso, mas já manifesta avanços importantes na perspectiva de atender a uma demanda em termos da contextualização dos trabalhos existentes e de dar visibilidade para a extensão. A institucionalização da política de Extensão e Assuntos Comunitários sinalizam a construção de consensos coletivos e a sua articulação a partir do protagonismo dos atores envolvidos. De outra parte, a maioria dos elementos oriundos das discussões foi contemplada no planejamento estratégico institucional em andamento. Mudanças desta natureza não são simples, nem rápidas, pois requerem desconstruções de alguns valores individuais, ainda muito presentes no fazer acadêmico, o que provocou algumas resistências iniciais. Além disso, alguns produtos concretos como o Sistema de Informação de Extensão e o Programa de Apoio Institucional a Discentes de Extensão e Assuntos Comunitários puderam ser efetivados.

### **Referências**

- CAMPOS, G. W. S. *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CAMPOS, G. W. S. *Saúde Paidéia*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Comissão Própria de Avaliação - CPA. *Relatório de Auto-Avaliação Institucional*. Passo Fundo, ago. 2006a.
- UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Projeto Pedagógico Institucional*. Passo Fundo, abr. 2006b.



## **PROGRAMA COMUNITÁRIO EDUCAÇÃO FÍSICA CIDADÃ**

**Área Temática:** EDUCAÇÃO

**Responsável pelo Trabalho:** Maria Cristina Chimelo Paim

**Instituição:** Universidade Luterana do Brasil

**Nome dos autores:** Maria Cristina Chimelo Paim<sup>1</sup>; Carolina Braz Carlan; Luis Eduardo Baldiatti Pereira; Aline Flores Vizzotto; Débora Carnellosso; Lucielen Aparecida Iensen Lorenzoni Salvati, Franciene Biasi Frigo; Eduardo Chaves; Marcelo Bellé; Anderson Dunaduzi; Wagner Linhati; Ruan Zucolotto<sup>2</sup>; Leandro Josenda de Souza

### **RESUMO**

O Programa Comunitário Educação Física Cidadã iniciou em 2006, e a cada ano foram realizadas alterações com a finalidade de atender as necessidades das escolas e instituições. O projeto acontece semanalmente em diferentes escolas e instituições filantrópicas sendo que em cada local é acordado um horário diferenciado. Tem como objetivo promover o desenvolvimento educacional nas escolas da rede pública de ensino de Santa Maria e instituições filantrópicas. Devido às proporções alcançadas pelo projeto, estamos trabalhamos com diferentes núcleos de ações, que compreendem: núcleo de Motivação, onde incluem palestras, aplicação de testes relacionados à Personalidade, Temperamento, Imagem Corporal, Ansiedade e Motivação para a prática de atividades físicas e esportivas, com a finalidade de que professores e alunos entendam o Comportamento Psicológico do Ser Humano e a sua relação com a atividade física, núcleo de esportes, incluindo o Voleibol, Handebol e o Futsal, núcleo de ginástica para a terceira idade, núcleo de educação física desenvolvimentista, núcleo de dança. Durante esses seis anos de ações desenvolvidas pelo programa, percebe-se que há uma participação mais comprometida dos alunos, professores e comunidade nas aulas de Educação Física; Criou-se um canal de comunicação entre o Curso de Educação Física da ULBRA/SM e a comunidade; Através dos encontros e testagens com os alunos estamos proporcionando aos mesmos a

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Educação Física da ULBRA-SM; Doutora em Psicologia; Mestre em Ciência do Movimento Humano e Especialista em Aprendizagem Motora- Responsável pelo trabalho.

<sup>2</sup> Alunos do Curso de Educação Física participantes do Programa Comunitário Educação Física Cidadã nos diferentes núcleos de ações.

oportunidade para o seu conhecimento psicológico e motivacional. Nos núcleos de atividades físicas observa-se: a melhoria na valorização da auto-estima, aceitação da sua imagem corporal; melhoria do bem-estar e relação interpessoal dos envolvidos, entre outros ganhos.

**Palavras Chaves:** Cidadania; Inclusão; Educação Física

## INTRODUÇÃO

O Programa Comunitário Educação Física Cidadã realiza suas atividades com a proposta de constituir-se em um espaço de referência no atendimento das demandas sociais das comunidades escolares e instituições filantrópicas, no campo de conhecimento da educação física, na cidade de Santa Maria, através dos serviços, ações e atividades desenvolvidos pela coordenação do programa e grupo de alunos, primando pela formação de um profissional de educação física capacitado a estimular adequadamente o desenvolvimento de habilidades motoras, atitudes, valores e conhecimentos nos alunos. O programa baseia-se na premissa de que as atividades e as ações de extensão comunitária, o ensino e a pesquisa são indissociáveis e juntos visam gerar transformações na realidade social da comunidade na qual estão inseridas e tem como objetivo promover o desenvolvimento educacional nas escolas da rede pública de ensino e instituições filantrópicas, através da melhoria da qualidade das aulas de Educação Física, promovendo a cidadania, a inclusão, participação social, promoção da saúde e estimulando o gosto pela atividade física nos alunos ao longo de suas vidas.

Também, através das ações, desenvolvidas nos diferentes núcleos de atividades, junto ao Programa Comunitário Educação Física Cidadã visamos à fomentação na participação voluntária dos alunos em atividades físicas e esportivas sem perder de vista a formação integral das pessoas, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos. Desta forma, Universidade e escolas, comprometidas com uma educação de qualidade, formam parcerias que possibilitam a troca de conhecimentos entre docentes, acadêmicos e a comunidade escolar, oportunizando aos acadêmicos colocarem em prática os conhecimentos das aulas teóricas. Por fim o Programa Comunitário Educação Física Cidadã proporciona a rede pública de ensino e instituições filantrópicas um suporte para o desenvolvimento de aulas de Educação Física de maior qualidade e abre uma ponte de integração e comunicação entre a

Universidade e a Comunidade de Santa Maria, através de atividades de extensão e pesquisa na área do ensino.

### **METODOLOGIA**

Este projeto iniciou em 2006, e a cada ano, ou seja, em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 foram realizadas alterações com a finalidade de atender as necessidades emergentes das escolas e instituições participantes. O projeto acontece semanalmente em diferentes escolas, sendo que em cada escola é acordado um horário diferenciado para a realização dos trabalhos. A organização e estudo das atividades desenvolvidas nos núcleos são realizados individualmente por grupo, semanalmente ou conforme as necessidades dos mesmos. Atualmente o projeto conta com a participação de 11 acadêmicos do Curso de Educação Física da ULBRA/SM e dois egressos do mesmo curso. O projeto desenvolve suas ações em diferentes núcleos:

**-NÚCLEO MOTIVACIONAL E DE FORMAÇÃO CONTINUADA:** Visa o trabalho com os professores e alunos de diferentes idades dentro do contexto escolar ou não, onde inclui palestras e testes relacionados à personalidade, Temperamento, Imagem Corporal e Motivação para a prática, entre outros.

**-NÚCLEO DE ESPORTES- FUTSAL, HANDEBOL E VOLEIBOL:** Visa o trabalho com os alunos de diferentes idades dentro do contexto escolar ou não, onde incluem vivências no esporte, objetivando a melhora nas habilidades motoras fundamentais, fundamentos técnicos e táticos do esporte em questão.

**NÚCLEO DE DANÇA- MODERNA, HIP HOP:** Visa o trabalho com os alunos de diferentes idades dentro do contexto escolar ou não. Visa melhorar os domínios do comportamento motor, físico, afetivo social, o resgate de valores e a permanência desse aluno na escola.

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LÚDICA E DESENVOLVIMENTISTA:** Visa o desenvolvimento dos padrões fundamentais de movimento de crianças dentro do contexto escolar e em **instituições filantrópicas**, visando o desenvolvimento das capacidades físicas e motoras e aprimoramento do domínio do comportamento afetivo – social.

**NÚCLEO DE GINÁSTICA:** Trabalhamos com grupos de terceira idade em **instituições filantrópicas**, onde inclui vivências de ginástica aeróbica e localizada com caráter

O percurso metodológico constitui-se em etapas sucessivas, sendo que inicialmente propõe-se o cadastro das escolas interessadas em participar do projeto, considerando o interesse da mesma. Subsequentemente busca abranger o cotidiano das escolas parceiras, através da participação em reuniões pedagógicas; realização de encontros, ciclos de estudos, palestras e/ou relatos de experiências pelos próprios professores e coordenadores e também a intervenção e articulação com os alunos nos núcleos, culminando com e o relato dos resultados e a avaliação no final de cada semestre, incluindo as publicações, resumos em eventos e artigos científicos resultantes do Programa.

### **RESULTADOS E DISCUSSOES**

Durante esses seis anos da implantação do Programa Comunitário Educação Física Cidadã, percebe-se que há um comprometimento de estudantes, professores, instituições filantrópicas e comunidades atendidas com a qualidade das aulas de educação física. Foi através das vivências de cidadanias desenvolvidas nos diferentes núcleos que estamos construindo e transformando a realidade e com isso proporcionando aos participantes:

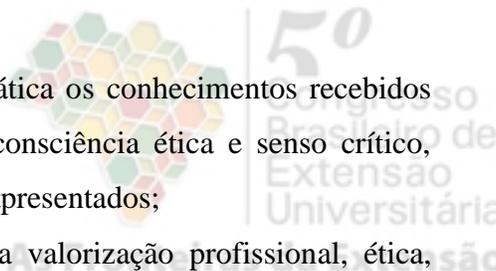
- Oportunidades de vislumbrar novos objetivos de vida, através da participação de aulas e programas de Educação Física ancoradas em princípios de cidadania, inclusão, participação social, promoção da saúde; o acesso ao conhecimento e discussões de temáticas atuais na área da educação física;

- A Integração e criação de um canal de comunicação entre a ULBRA/SM com a comunidade escolar e instituições filantrópicas;

- O comprometimento entre a universidade e as escolas e as instituições filantrópicas, com uma educação física de qualidade, através da troca de conhecimentos e debates entre os docentes, acadêmicos e comunidade escolar;

- A oportunidade dos acadêmicos colocarem em prática os conhecimentos recebidos nas aulas teóricas, estimulando o desenvolvimento da consciência ética e senso crítico, incentivando e apresentando soluções para os problemas apresentados;

- A conscientização dos professores no que tange a valorização profissional, ética, responsabilidade social; aumento na motivação para a prática da educação física com o



desenvolvimento de aulas de Educação Física com maior qualidade, contribuindo decisivamente no processo ensino-aprendizagem, resgate da cidadania e inclusão social dos alunos e professores atendidos pelo programa; desenvolvimento de novas possibilidades de aulas, com resgate de conteúdos; formação continuada real, no sentido de subsidiar a reflexão sobre os saberes e fazeres dos profissionais envolvidos e a realização de projetos em conjunto com os professores e alunos.

-Esses são relatos de caráter geral, pois em cada núcleo e em cada escola ou instituição atendida os ganhos e transformações foram específicas, mas guardam a magnitude das palavras relatadas acima.

### CONCLUSÃO

Durante esses seis anos de ações desenvolvidas pelo programa, percebe-se que há uma participação mais comprometida dos alunos, professores e comunidade nas aulas de Educação Física. Criou-se um canal de comunicação entre a Universidade (ULBRA/SM), e a comunidade Escolar. Através dos encontros e testagens com os alunos estamos proporcionando aos mesmos a oportunidade para o seu conhecimento psicológico e motivacional. Nos núcleos de atividades físicas observa-se: a melhoria na valorização da auto-estima, aceitação da sua imagem corporal; melhoria do bem-estar e relação interpessoal dos envolvidos, entre outros ganhos. Acreditando assim poder cumprir com uma importante vocação da Universidade que é a extensão.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MACHADO, A. A. **Psicologia do Esporte**. Temas emergentes. Jundiaí: Ápice, 1997.

NOVAIS, G. **Psicologia, Personalidade e Liderança**. São Leopoldo: Rotermond, 1977.

PAIM, M. C. C. et al Educação Física Cidadã em diferentes contextos. **XI Mercomovimento**, 2010

SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte: teoria e aplicação prática**. Belo Horizonte: Manole, 2002.



## PROJETO PRÁ-DESENVOLVER

Área Temática: Saúde

Responsável pelo Trabalho: L MARTINATO

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Nome dos autores: L MARTINATO<sup>1</sup>; F DANGUY<sup>1</sup>; A CINI<sup>1</sup>; G VASCONCELOS<sup>1</sup>; L ROSA<sup>1</sup>; M PERES<sup>1</sup>; S CENDRON<sup>1</sup>; C LIMA<sup>2</sup>.

1. Acadêmicas do curso de Fisioterapia/UFRGS, Brasil.

2. Professora Adjunta do curso de Fisioterapia/UFRGS, Brasil.

### RESUMO

Este artigo trata do projeto Prá-Desenvolver cujo objetivo foi o de estimular o desenvolvimento motor humano, aumentar o vínculo mãe-bebê e propiciar melhora na qualidade de vida da família. O público-alvo principal foram bebês até um ano de vida e crianças restritas ao domicílio da comunidade pertencente à população adstrita da Estratégia de Saúde da Família. Assim, o projeto tem duas vertentes: uma buscou estimular o desenvolvimento motor da criança de 0 à um ano de idade; A outra, consistiu em visitas domiciliares para atendimento fisioterapêutico de crianças com seqüelas neurológicas ou respiratória. Como resultado da estimulação precoce observou-se a evolução do desenvolvimento dos bebês, assim como nos atendimentos domiciliares a importância de um atendimento contínuo para obterem-se resultados significantes. Conclui-se, portanto, que o projeto proporcionou atendimento para fins de estimular o desenvolvimento motor humano e melhorou a qualidade de vida das crianças restritas ao domicílio e de suas famílias.

**Palavras-chave:** estimulação precoce, atendimento domiciliar, fisioterapia.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste na descrição da elaboração, do planejamento, da execução e da avaliação do projeto Prá-Desenvolver, realizado em uma comunidade pertencente a uma Estratégia Saúde da Família (ESF) de Porto Alegre. A demanda da comunidade trazida pela equipe da ESF foi um trabalho de estimulação precoce (EP) e atendimentos domiciliares às crianças restritas ao domicílio.

A EP baseia-se em “evitar ou minimizar os distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor e possibilitar à criança desenvolver-se em todo o seu potencial” (HALLAL *et al*, 2008, p27), ou seja, representa a preocupação intencional de intervir no desenvolvimento de bebês com risco de ter seu percurso natural alterado (FRANCO, 2007). Sabe-se que o desenvolvimento motor segue uma ordem cronológica evolutiva de aquisição de movimentos e habilidades motoras (HALLAL *et al*, 2008).

Incidentes no período pré, peri ou pós-natal aumentam as chances do bebês terem atrasos no desenvolvimento motor, cognitivo e psicossocial, sendo que as limitações especificamente motoras podem resultar em restrições nas habilidades funcionais, como atividades de vida diária pessoais (HALLAL *et al*, 2008). A reversão pelo menos parcial deste processo é o papel da EP, tendo sua importância para a autonomia e bom

desenvolvimento da criança. Quanto mais precoce for essa intervenção – e daí o nome da intervenção ou estimulação precoce -, maiores serão as chances de evitar que padrões posturais e movimentos anormais se instalem (HALLAL *et al*, 2008).

Um estudo realizado por Moreira *et al* (2010), diz que crianças pertencentes a comunidades de baixa renda estão mais expostas a problemas sociais, o que influirá diretamente no grau evolutivo de seu desenvolvimento, em detrimento às crianças com condições favoráveis no seio da família, cercada de relações e laços positivos de formação.

Segundo Vigiano *et al* (1997), o desenvolvimento motor pleno terá conseqüências em vários aspectos da vida futuramente. Ou seja, uma vez que esse desenvolvimento não ocorre em suas devidas etapas, a criança deixa de realizar determinadas atividades refugiando-se deste mundo ao qual não domina, tendo conseqüências nos aspectos sociais, intelectuais e culturais.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi realizar atendimento em saúde da criança com o intuito de estimular o desenvolvimento motor humano, aumentar o vínculo mãe-bebê e propiciar melhora na qualidade de vida da família.

### **MATERIAL E METODOLOGIA**

Para a organização da proposta a ser desenvolvida no projeto houve o levantamento dos dados gerais nos prontuários dos 33 bebês da comunidade até um ano de vida, assim como das quatro crianças restritas ao domicílio para identificar informações pertinentes, tal qual características das doenças por elas apresentadas. De posse dos dados coletados houve o planejamento das atividades a serem desenvolvidas.

Uma avaliação inicial das crianças para o grupo de EP foi realizada no mesmo dia e horário da sua consulta do pré-nenê, sendo solicitado pela equipe da ESF o comparecimento de mais crianças além das já agendadas para o dia, totalizando 15 crianças. Do total de crianças, sete passaram pela avaliação do seu desenvolvimento motor atual. Foi realizado o acolhimento das mães, onde foi desenvolvida uma breve conversa a fim de obter maiores informações sobre o bebê, a gestação e o parto. As avaliações foram realizadas em duplas em que uma interagia com o bebê, buscando avaliar os movimentos presentes, e a outra realizava anotações conforme teste de Denver II. O teste de Denver é composto por 125 itens, subdivididos em quatro domínios de funções: pessoal-social, motor-adaptativo, linguagem e motor grosseiro (FRANKENBURG & DODDS, 1990).

As avaliações das crianças restritas ao domicílio foram realizadas nas suas residências. Residem na comunidade três crianças com disfunções neurológicas e uma com

sequelas da gripe H1N1. Na avaliação, verificou-se o grau de comprometimento muscular, a redução de amplitudes articulares, a identificação dos padrões motores presentes e o comprometimento respiratório de cada criança. Ainda foi explicada aos familiares como a proposta de intervenção seria desenvolvida.

O grupo de EP e os atendimentos domiciliares realizaram seis encontros de intervenção, sendo a frequência semanal. Cada bebê/criança permanecia em torno de 30 minutos em atendimento por sessão. Na estimulação precoce foram realizados exercícios que contemplavam a fase motora que o bebê estava e nos atendimentos domiciliares realizou-se fisioterapia motora e respiratória, dependendo da necessidade de cada criança.

Nos atendimentos de estimulação precoce foram trabalhadas atividades para desenvolver as capacidades do bebê de acordo com a fase do desenvolvimento em que ele se encontrava sob a supervisão de um fisioterapeuta. Dois bebês participaram de quase todos os encontros, ambos apresentaram desenvolvimento normal para sua idade, porém estavam em momentos diferentes de desenvolvimento.

O Bebê A, com 23 dias de vida na avaliação inicial, teve seus atendimentos acompanhados pela mãe, os quais consistiram basicamente em atividades que promovessem o ganho de força para controle cefálico, estímulos auditivos e visuais.

Com o Bebê B, com três meses de vida na avaliação inicial, foram realizadas condutas que consistiram em estimulação para sentar, perseguição de objetos, treino de equilíbrio, rolamento e pegar objetos, além da posição de decúbito ventral.

No decorrer do projeto duas novas crianças foram incluídas. O Bebê C, com 12 meses, e o D, com 18 meses, foram avaliados conforme os demais e também estavam dentro do padrão motor esperado. Constatou-se que, a partir das atividades propostas os bebês caminham, trocam de postura com facilidade, rabiscam, encaixam cubos, falam em sílabas, arremessam bola com as mãos, correm, conseguem frear sem cair e caminham de lado e para trás, sendo que o Bebê D, chuta.

Dentre as atividades desenvolvidas durante as sessões com as crianças restritas ao domicílio incluem-se as orientações aos familiares, as mobilizações articulares e alongamentos em membros superiores e inferiores, as trocas de decúbito, a estimulação para a sedestração a fim de trabalhar o controle cefálico e de tronco e as tomadas de peso para ganho de força. As manobras respiratórias - como tapotagem e TEMP com vibração - foram realizadas com o intuito de desobstruir as vias aéreas, sendo que não foi necessária a

aspiração traqueobrônquica, visto que as mães costumavam realizá-la. Assim, foram prestadas orientações sobre essa prática quando necessário.

### **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

O objetivo inicial era que os resultados do projeto para a EP fossem analisados por meio de avaliação do desenvolvimento dos bebês pré e pós-intervenção. Com a ausência e falta de regularidade da maioria dos bebês não foi possível que isso ocorresse conforme planejado. Sendo assim o Bebê A foi o único a ter sua avaliação inicial comparada com a final, pois esse compareceu em quase todas as sessões.

Após as sessões de EP, percebeu-se que o Bebê A obteve uma boa evolução no seu desenvolvimento, ganhando controle cefálico em decúbito ventral e sentado, reconhecendo a própria mão, interagindo com as pessoas e sendo mais responsivo a estímulos auditivos. Essas evidências provam que a submissão do Bebê A à EP fez com que ele obtivesse êxito em seu desenvolvimento, uma vez que já consegue desempenhar as habilidades funcionais compatíveis com o esperado para os bebês da mesma faixa etária.

A presença da mãe do Bebê A foi de extrema importância para que ela pudesse observar a evolução do seu bebê ao ser estimulado e, assim, continuar estimulando-o mesmo após o atendimento, conforme foi relatado por ela própria.

O Bebê B respondia muito bem aos estímulos propostos, apresentando habilidades motoras previstas para próxima fase do desenvolvimento. No entanto, todas as atividades propostas em decúbito ventral não foram aceitas por ele, esboçando descontentamento por meio do choro.

A baixa adesão às atividades de EP ofertadas fez com que o grupo buscasse alternativa para realizar o trabalho, firmando-se uma parceria com a Creche Comunitária. Dessa forma, nos dois últimos encontros foram atendidos mais dois bebês, o Bebê C e o D, que responderam de forma positiva as atividades propostas.

Em relação às visitas domiciliares foi percebida a importância da fisioterapia motora e respiratória para aquelas crianças que não tem condições de se dirigir até uma instituição para receber atendimentos de forma regular. Contudo, houve a limitação de apenas seis encontros, para que fosse possível a avaliação da evolução dessas crianças, uma vez que crianças portadoras de seqüelas neurológicas demoram algum tempo para responder ao tratamento. Em relação à parte respiratória, observou-se melhora imediata da capacidade pulmonar das crianças submetidas às técnicas de desobstrução brônquica, embora esta melhora não perdure por muito tempo, sendo necessária a realização das

condutas várias vezes ao dia, por se tratarem de problemas respiratórios bastante comprometedores.

### CONCLUSÃO

O projeto Pré-Desenvolver alcançou seus objetivos à medida que se proporcionou atendimento para fins de estimular o desenvolvimento motor humano e melhorou-se a qualidade de vida das crianças restritas ao domicílio e de suas famílias.

A falta de adesão da comunidade à estimulação precoce foi identificada, sendo essa uma característica observada na comunidade em projetos anteriores. A busca de novas estratégias ao realizar atendimentos com os bebês da creche comunitária mostrou-se relevante, ressaltando a necessidade de buscar novas alternativas frente às dificuldades encontradas.

Como aspectos positivos destacam-se a significativa e relevante experiência de elaborar o projeto desde a concepção da ideia até a operacionalização e avaliação da intervenção. Outro aspecto a destacar foi à oportunidade dos acadêmicos de vivenciar a condução de sessões de estimulação precoce e os atendimentos domiciliares, bem como a interação, ainda na graduação, com crianças de 20 dias até 13 anos de idade e seus familiares.

### REFERÊNCIAS

FRANCO, V. Dimensões transdisciplinares do trabalho de equipe em intervenção precoce. **Interação em Psicologia**. v 11(1), p 113-12, 2007.

FRANKENBURG WK & DODDS J. editors. **The Denver II: Denver Developmental Test Manual**. Denver, Denver Developmental Materials, Inc, 1990.

HALLAL, CZ; MARQUES, NR; BRACCIALLI, LMP. Aquisição de Habilidades Funcionais na Área de Mobilidade em Crianças Atendidas em um Programa de Estimulação Precoce. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, p 27-34, 2008.

MOREIRA HSB *et al.* Um Olhar da Fisioterapia no Atraso do Desenvolvimento Motor em Creches Públicas. **Revista Varia Scientia**, v 09, nº 15, p 27-24, Cascavel, 2010.

VIGIANO AP *et al.* A importância em estimular as fases do desenvolvimento motor normal de 0 a 18 meses. **Fisioterapia em movimento** 1997-1998.



## **PROJETO: VIVER BEM**

**Área temática:** Trabalho e Saúde

**Responsável pelo projeto:** F. KADOTA PEREIRA

**Instituição:** FAE Centro Universitário

**Nome das autoras:** M. FERREIRA DE ANDRADE GOMES DA SILVA

FABIANA KADOTA PEREIRA

PATRICIA PIANA PRESAS

### **Resumo**

O Projeto Viver Bem tem como objetivo contribuir para a mudança de comportamento dos funcionários da AFESBJ, para que estes sejam protagonistas de sua própria transformação social por meio de uma nova visão sobre assuntos relacionados ao seu dia a dia, seja no trabalho, seja em casa ou mesmo na sociedade. Dessa maneira, este projeto se propõe a realizar ações de conscientização e capacitação junto aos funcionários da AFESBJ, que estejam interessados em seu próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento. "O Projeto Viver Bem está sendo desenvolvido em etapas: primeiramente uma palestra para apresentação do projeto para o público interno; a próxima etapa será dinâmicas e diagnósticos" e posteriormente os atendimentos agendados para acompanhamento personalizados para evolução do processo de conscientização das necessidades e troca de informações com alunos e professores de diversos cursos e áreas de formação da FAE para determinação das melhores formas de solução para as necessidades individuais de cada funcionário.

**Palavras-chave:** AFESBJ, Viver

### **Introdução**

A FAE Centro Universitário, com base na sua vocação franciscana, busca formar um cidadão com uma visão crítica voltada ao bem estar social. Desta forma, além de cumprir seu papel de formador de profissionais para o mercado, a FAE também busca formar um cidadão mais humano e preocupado com a realidade que o cerca.

Considerando a importância deste papel da FAE, o Projeto Viver Bem se volta ao público interno da AFESBJ com o intuito de auxiliar os funcionários e seus familiares em relação a sua realidade financeira, intelectual, social, psicológica e familiar. Para Fernandes (1996), o ambiente organizacional tem grande influência sobre o bem estar do trabalhador. Se este ambiente estiver desajustado pode produzir um sofrimento que, para Dejours (1994), se desdobra além do espaço laboral, pois os trabalhadores não ficam amarrados apenas aos processos construídos no interior da fábrica ou da organização. O trabalhador não chega ao seu local de trabalho como uma máquina nova. Ele possui uma história pessoal, que se caracteriza por certa qualidade de aspirações de seus desejos, de

suas motivações, de suas necessidades psicológicas, que integram sua história passada. Isso confere a cada indivíduo características únicas e pessoais (DEJOURS, 1994, p.29).

Os principais objetivos do trabalho estão relacionados abaixo:

- Contribuir para que o público interno – funcionários e também seus familiares, tenham melhores condições de vida, gerando uma maior conscientização sobre temas como finanças pessoais e planejamento financeiro familiar, legislação, direito da família e do trabalho, saúde e esportes, família e relacionamento; qualidade de vida; relações no trabalho, entre outros.
- Fomentar para que os estudantes dos diversos cursos de graduação da FAE saiam da sala de aula e apliquem os conhecimentos adquiridos para solucionar as diversas carências e necessidades de capacitação do público interno da AFESBJ.
- Desafiar os alunos da FAE a participarem de um projeto de impacto na Instituição focado em conceitos e práticas eficientes de educação e repasse de conhecimento, fazendo com que eles possam ter uma visão de mundo diferenciada.

### **Material e metodologia**

O Projeto Viver Bem será desenvolvido nas dependências da FAE Centro, a partir de um projeto piloto destinado aos funcionários da área da inspetoria da AFESBJ, onde serão feitas dinâmicas e palestras sobre diversos temas de interesse desse público, para capacitação dos mesmos e em função dos resultados gerados a partir dessa conscientização, a ação terá continuidade com atendimentos personalizados e conseqüentemente se estenderá a outras unidades e departamentos da AFESBJ.

#### **1. PALESTRA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

Essas palestras contaram com a participação dos funcionários da área da inspetoria da AFESBJ, Onde foi apresentado o Projeto Viver Bem para conhecimento de todos sobre os objetivos do mesmo. Após a palestra, os funcionários foram convidados a fazer parte das dinâmicas, com a realização de diagnósticos, cujas proposições levantadas resultaram na elaboração e na continuidade das diversas atividades que serão desenvolvidas para todos os funcionários.

#### **2. METODOLOGIA**

- Realizações de encontros: Aproximadamente 1h30 (totalizando aproximadamente 16 horas/aula).



- Após a palestra de apresentação do Projeto Viver Bem e estabelecimento do vínculo. Os grupos receberam a explicação sobre a proposta das dinâmicas, os objetivos e resultados esperados. Posteriormente, aplicou-se questionários para o mapeamento de necessidades. Em seguida, aborda-se o tema da palestra, da qual todos participaram previamente, e estimula-se o grupo a dar opiniões e fazer análises sobre os assuntos da palestra.

### **3. RESULTADOS**

O resultado dos trabalhos serão sistematizados e utilizados para a elaboração do plano de ação continuada.

A partir do levantamento das informações gerais de interesse dos funcionários, serão realizadas palestras e agendados atendimentos personalizados, com a participação de alunos dos diversos cursos de graduação da FAE, onde os alunos buscarão auxiliar as pessoas interessadas em receber o apoio individual e personalizado, de acordo com suas necessidades. Nesse momento serão verificados outros pontos onde se perceba a necessidade de apoio solidário e social, para encaminhamento à continuidade do acompanhamento, seja da área do direito, da área da psicologia ou da área de esportes, por exemplo.

### **4. METAS**

A expectativa é promover palestras e cursos que sejam do real interesse dos funcionários, alcançando a participação de todos os funcionários do setor da inspetoria em 2011, para posteriormente estender o atendimento para todos os funcionários da AFESBJ.

### **Resultados e Discussões**

O trabalhador, é o centro desta discussão, torna-se importante que este esteja apto a desempenhar suas funções, é difícil imaginar uma empresa satisfazendo com consistência os requisitos de qualidade do mundo exterior a menos que seus bens e serviços sejam produzidos e prestados por pessoas com alto nível de qualidade pessoal, o que depende de fatores como disciplina, respeito, vivência de valores, crescimento profissional e humano, cuidados com o ambiente e atenção à saúde. Para a OMS, “saúde é o completo bem estar físico, social e mental e não apenas ausência de doença ou enfermidade”.

A percepção do indivíduo dentro do contexto de qualidade de vida que este trabalho foi buscar vem ao encontro da preocupação destes autores sobre o tema, sendo que as respostas encontradas através desta pesquisa com a participação de 28 funcionários, apontam para situações como:

- sentimentos negativos com 45%, segurança física e proteção com 39,4 %;
- cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade com 33,8 %, e ambiente físico (poluição/ ruído/ trânsito/ clima) com 49,7%, atingiram as menores médias entre as questões avaliadas.

### **Conclusão**

Levando-se em consideração a importância das facetas nota-se que não apenas aspectos relacionados ao trabalho são relevantes, mas também outros fatores independentes do ambiente de trabalho.

O presente trabalho está em andamento com os diagnósticos, para realizações de palestras e posteriormente atendimentos individuais, conforme metodologia apresentada.



## Referências

FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho**: como medir para melhorar. 2.ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

DEJOURS, C. *et al.* **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho**: uma abordagem psicossomática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CONTE, A. L. Qualidade de vida no trabalho. **Revista FAE Business**, n.7, nov 2003. Disponível em: <<http://www.rh.com.br>>. Acesso em 31 mai. 2005.

